

PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Novembro 2023 | nº10

- Guaicuy publica cartilha sobre regimento e lança seu site novo
- Confira entrevista com Hélio Pimenta, pescador e criador de minhocas em Paineiras

▶ **Cachoeira do Choro**
Curvelo



COMISSÕES DE PESSOAS ATINGIDAS DAS REGIÕES 4 E 5 REALIZAM REUNIÕES PROGRAMADAS

Durante os meses de agosto, setembro e outubro, o Instituto Guaicuy auxiliou as Comissões de Pessoas Atingidas das Regiões 4 e 5 a realizarem reuniões. As reuniões, programadas previamente a partir das deliberações dos Encontros Regionais de Comissões, têm como objetivo avançar na organização interna das Comissões.

Com as reuniões programadas, busca-se potencializar a organização e as formas de atuação das Comissões como instância de participação popular para que as pessoas atingidas sejam autônomas no controle social da execução dos projetos de reparação do Acordo Judicial de Reparação. A primeira rodada de reuniões programadas propôs reflexões

sobre a participação social nos diferentes eixos de reparação, sobre as entidades e organizações envolvidas em cada eixo e sobre várias maneiras de realização de controle social. Além disso, as pessoas atingidas dialogaram sobre o Anexo 1.1 (projetos de demandas das comunidades e linhas de crédito e microcrédito), que é entendido como um dos eixos com maior possibilidade de controle social dentro do Acordo.

Outro tema que apareceu nas reuniões programadas foi o regimento interno das Comissões. Para auxiliar nos debates e na construção dos regimentos, o Guaicuy preparou uma cartilha sobre o tema, que foi distribuída durante as reuniões.

GUAICUY PUBLICA CARTILHA SOBRE REGIMENTO

A Cartilha de orientação às Comissões das Regiões 4 e 5 é um documento elaborado pelo Guaicuy com a finalidade de contribuir para que as pessoas atingidas tenham ferramentas para organizar ou consolidar a organização de suas Comissões. A cartilha apresenta informações fundamentais sobre a construção de regimentos e explica as principais diferenças e atribuições entre regimento e estatuto, além de apresentar alguns modelos que podem ser aproveitados.



GUAICUY LANÇA SITE NOVO

No final de agosto, o Instituto Guaicuy lançou seu novo site. O endereço continua o mesmo, mas a página ganha muito em facilidade de acesso, conteúdo e beleza. Os projetos de Assessoria Técnica Independente (ATI) do Guaicuy, Paraopeba e Antônio Pereira, ganharam páginas próprias dentro do site para facilitar o acesso a notícias, documentos e informações. Ele é um instrumento das pessoas atingidas para acompanhar o processo de reparação, onde são prestadas as contas do trabalho da assessoria. O site também foi feito pensando nas pessoas que acessam pelo celular, com uma versão mobile bonita e fácil de usar.

www.guaicuy.org.br

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse o site



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Camila Bastos, Felipe Aguiar, Laura de Las Casas, Mathias Botelho e Wesley Costa | **DIAGRAMAÇÃO:** Felipe Aguiar | **REVISÃO:** Camila Bastos, Joana Tavares e Mathias Botelho | **COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARAPEBA:** Joana Tavares | **FOTOGRAFIA DA CAPA:** Daniela Paoliello

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460
Região 4: (31) 99981-9630 | Região 5 Leste: (31) 97102-5001 | Região 5 Oeste: (31) 99981-9630 | contato@guaicuy.org.br
LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | f/institutoguaicuy | @institutoguaicuy

COMO É A REPARAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA VALE

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são aqueles que, entre outros pontos, se reconhecem a partir de formas próprias de organização social e que possuem um forte vínculo com o território para exercer os seus modos de vida. “Por essa relação, quando a natureza é afetada de maneira violenta essas pessoas têm seus modos de vida particularmente atingidos. No caso da Vale em Brumadinho, vemos isso principalmente em como o acesso à água foi prejudicado. Todas as comunidades atingidas têm uma forte relação com a água, mas para os PCTs isso é essencial à própria existência”, destaca a assessora do Instituto Guaicuy, Paula Oliveira.

Por conta da herança de violências sistemáticas, como o extermínio e invasões das terras dos povos originários e das comunidades tradicionais, existem regimentos na própria Constituição Federal, além de tratados internacionais, que garantem a compensação de direitos. Um deles é a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa Fé. É um documento feito pela própria comunidade, que traz informações sobre como ela se organiza, como é sua história, cultura e costumes. Nele, a comunidade mostra de que forma quer ser consultada em casos de projetos que afetem seus territórios e modos de vida.

Quais são os direitos do PCTs atingidos pelo desastre-crime da Vale em Brumadinho

“O Poder Público tem obrigação de garantir o acesso a direitos. Nesse contexto, o Acordo de Reparação, coloca uma cláusula [11.11] que garante e reforça a necessidade de levar em consideração as especificidades e singularidades dos PCTs”, explica Paula. Por isso, eles foram tratados de forma específica em alguns pontos do Acordo Judicial de Reparação.

Os direitos dos PCTs não se restringem ao Acordo e todo contato feito por atores da reparação, como a perícia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou por funcionários da Vale e terceirizadas, também deve observar os protocolos.

“A mera existência do Protocolo de Consulta é um passo importante, mas não significa que ele será respeitado por todos os atores da reparação, sendo fundamental o apoio de toda a sociedade para fortale-

lecer esses direitos”, analisa a advogada do Instituto Guaicuy e especialista em reconhecimento, Ana Clara Amaral.



Foto: Paulo Marques / Acervo Guaicuy



Veja a matéria completa no site

Os PCTs estão presentes em todo o território atingido pelo desastre-crime. Nas comunidades do Baixo Paraopeba e da região do entorno da Represa de Três Marias, que são assessoradas pelo Guaicuy, foram reconhecidos formalmente dois grupos de PCTs: o povo indígena Kaxixó e a comunidade remanescente quilombola do Saco Barreiro. “Isso não quer dizer que não existam outros PCTs no território. O Guaicuy está iniciando o diálogo para entender o acesso de novos PCTs no processo de reparação”, explica Paula.

A ÁGUA É MINHA VIDA, É COMO MEU SANGUE

O pescador e criador de minhocas, Seu Hélio, recebeu a equipe do Instituto Guaicuy em Paineiras e conversou sobre a vida, a pescaria, as minhocas e os impactos do rompimento da barragem da Vale.

Chegamos em Paineiras às 14h30. Estava caindo uma tempestade e uma enxurrada descia com força pela rua. Na casa em nossa frente uma placa chamava atenção: “Vende-se minhocas”. Lá de dentro, uma voz nos gritou: “Opa, vamos chegar!”.

Era Hélio Pimenta, morador de Paineiras e pescador a vida toda. Ele e a sua esposa, Deusdete Lourenço, nos esperavam para uma prosa.

Naquele quintal cheio de plantas, verduras, pés de frutas e folhas de chá, Seu Hélio conversou com o Guaicuy e contou um pouco da sua história de vida, da sua relação com a Represa de Três Marias e com a pescaria, e falou sobre como o rompimento da barragem da Vale impactou a sua vida.

“Toda vida eu fui pescador. Isso vem da época do meu pai e dos meus avós. Meu pai me carregava muito no ombro ali, pescando, fazendo a pesca para sobrevivência. Isso é de sangue mesmo, é de família mesmo. Para minha pessoa hoje, a água é minha vida, é como o meu sangue. Sem a água, não vai ter como eu sobreviver porque eu sou um pescador profissional”, conta.

O pescador carrega na memória lembranças de outros tempos da Represa de Três Marias. Ele se recorda de quando era criança e acompanhava seu pai

no campo e na pescaria. Naquela época, as águas da represa tinham peixe para dar e vender, e Seu Hélio tinha o pai e a própria natureza como mestres.

“O meu grau de estudo é muito pequeno, eu não tive a oportunidade, igual as crianças de hoje têm, que os jovens têm, de ter uma escola. A minha escola era o campo.

Para mim, eu pensava que a pescaria seria o melhor resultado. Hoje, como estou vendo o que está acontecendo, eu me sinto sem perna, sem perna... Após esse rompimento, eu fui afetado por uma alergia e tô sofrendo com ela até hoje. Eu fui afetado em todos os sentidos. Tem pescado ali dentro do meu freezer que eu não vendo.

Após esse rompimento, eu cheguei até ao ponto de falar assim:

– Eu vou cancelar a minha carteira [de pescador profissional].

Porque dificultou demais para nós, pescadores profissionais. Você chegar diante de uma pessoa, oferecer um pescado para a pessoa, e ela falar assim pra você:

– Eu não vou comprar peixe contaminado, não! Você colocar mil metros de rede dentro da bacia e

pegar quatro peixes, isso aí não dá nem para a minha sobrevivência aqui”, relata emocionado.

A esperança que serve de isca

A chuva já havia parado, a prosa estava boa e Seu Hélio nos levou para dar uma volta no quintal. O terreno é muito bem aproveitado, com plantações de uma variedade enorme de plantas, além da criação de coelhos e de minhocas. As minhocas têm sido a salvação dele após o rompimento da barragem da Vale e a queda da pesca e da venda do peixe.

O pescador relembra como começou esta criação:

“Eu comecei com uma horta. Plantei uns pés de couve, peguei o esterco bovino e pus para estercar a couve. De repente, a couve começou a morrer e eu pensei:

– Tem alguma coisa estranha que está acontecendo! Será que o cupim tá chupando a seiva da couve? Vou verificar.

Aí, quando eu levei a mão no esterco, [as minhocas] estavam que nem o cabelo da cabeça. Eu fiquei com aquilo na mente, na cabeça, e pensei:

– De repente, dá até para mexer com esse negócio.

Aí uma pessoa parou ali na rua e falou comigo assim:

– Cê não sabe onde tem minhoca para pescaria, não?

"A ÁGUA PARA MIM, A REPRESA PARA MIM, É MINHA VIDA. É MEU PÃO DE CADA DIA".

Eu falei com ele:

– Amigo, desce do carro e vem aqui.

Ele chegou até aqui e eu falei que ia tirar o tanto de minhoca que ele quisesse. Depois que eu tirei, ele perguntou o preço. Eu disse:

– Não vou te cobrar.

Mas, uns dias antes, eu tinha falado que se alguém parasse aqui em casa procurando por minhocas eu começaria um criatório. Hoje eu tenho tanto elas (as minhocas) no chão, como na caixa e em cima da lona.

A minha renda hoje não é só a pescaria, não. O dia que não dá a pescaria, ou dia de feriado, sempre aparece freguês para comprar o produto. Se brincar, eu ganho mais que com a pescaria”, diz.

Apesar das dificuldades do dia a dia e dos prejuízos trazidos pelo desastre-crime da Vale, Seu Hélio não perde a esperança de que um dia a represa volte a dar alegrias e peixes.

“Nós temos aqui a nossa ATI, que está conosco na caminhada, que está nos ajudando, nos orientando, sempre colocando novas ferramentas na nossa vida.

O que eu desejo é que a Vale, sendo uma grande potência como ela é, que recebe milhões e milhões, faça a reparação ambiental de todo resíduo que está dentro da Bacia de toda a calha do Paraopeba, de toda região que foi afetada.

A água para mim, a represa para mim, é minha vida. É meu pão de cada dia.

A água é vida. É como eu comparei, como é que eu vou viver sem o sangue? Então assim somos nós. Nós vivemos sem alimentação um tempo, mas nós não vivemos sem a nossa sobrevivência que é a água”, reflete Hélio Pimenta.

Foto: Daniela Paolletto / Acervo Guaicuy



ENCONTRO das ÁGUAS

Sonho que se sonha junto

Na hora de batizar o lugar que Márcia Rita Borges e Washington Luis Borges compraram em 2009 para viver depois da aposentadoria, o nome escolhido foi "Rancho Sonho Realizado", tamanho era o orgulho da conquista. O terreno fica em Encontro das Águas, uma comunidade de Curvelo na beira do Paraopeba. Ali eles poderiam pescar todos os dias, juntos, como fizeram tantas vezes na vida, e curtir a companhia dos filhos e netos à beira d'água. No mesmo condomínio, Martinho de Souza e sua companheira, Vera Lucia de Carvalho, adquiriram um terreno com intenção parecida: envelhecer perto do rio. Mas o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, mudou o rumo desse sonho em comum. "Foi um crime que levou o rio pra longe da gente, mesmo eu conseguindo olhar pra ele aqui da minha janela", desabafa Márcia.

O rejeito tóxico de mineração desceu o Rio Paraopeba, percorrendo mais de 300 quilômetros até a Represa de Três Marias, chegando a 26 municípios. Nesse trajeto, está a comunidade de Encontro das Águas, na qual cerca de 750 pessoas - entre residentes e sítiantes - construíram suas casas. Márcia e



Acervo pessoal Márcia Rita Borges

final de semana, pararam de ir por não poderem frequentar mais o rio. "A visita perde até o sentido", conta Márcia.

Já Martinho e Vera tiveram que deixar para trás a criação de peixes em que haviam investido antes do rompimento da barragem, por não poderem mais usar a água bruta do rio na piscicultura. Eles ainda passam a maior parte do tempo no sítio, mas sempre levam no carro um monte de galões de água para consumirem no tempo da estadia. "A gente não usa a água que vem do poço artesia- no comunitário para consumo, porque temos medo da contaminação. Não temos coragem nem de tomar banho com ela", conta Gabriela, filha do casal.

A vontade de viver uma velhice tranquila à beira d'água, foi substituída por um longo e doloroso processo de reparação, que afeta a saúde de quem se dedica a ele. "Meu pai às vezes mergulha em uma tristeza profunda, e como minha mãe é muito companheira ela também se afeta, emagrece, sente. É difícil demais viver essa frustração, esse desalento", explica Gabriela. Em comum, as duas famílias têm o amor pelo Paraopeba, e o sonho de vê-lo revitalizado. "Talvez eu não esteja mais aqui quando isso acontecer, mas, se meus netos puderem viver esse momento, eu já fico feliz", reflete Márcia, emocionada, enquanto olha o rio pela janela do quarto.



Acervo Pessoal Gabriela Carvalho de Souza

Washington, hoje em dia, são um dos poucos moradores que permaneceram vivendo no condomínio. A rotina teve que mudar bastante. A pesca diária, por exemplo, teve que ser interrompida, e agora eles tentam driblar os desafios do solo árido para o cultivo no quintal. A casa também ficou mais vazia, já que os filhos, que antes visitavam o casal todo



memórias
da infância

Caboclo d'Água e colo de vó

Memória de infância ganha um colorido especial quando protagonizada pelas vovós. Com Leandro Ferreira, 37 anos, não é diferente. O sorriso aparece até na voz ao relembrar os inesquecíveis momentos em que a avó Leontina, cercada das dezenas de netos, olhava em direção ao Rio São Francisco da porta de sua cozinha, enquanto lavava a pia, e contava para a criançada as incontáveis lendas guardadas pelas águas do Velho Chico. "Ela contava pra gente o que ouvia dos avós dela, e a gente conta hoje pros nossos filhos, porque essas histórias vivem na gente", diz.



Foto: Pedro Lavigne / Acervo Guaicuy

Dona Leontina cresceu e criou seus onze filhos na beira do Rio São Francisco, em Silga, comunidade de Três Marias. Depois vieram as dezenas de netos, que cresceram ao redor da avó, na casa que ficava a 40 metros do rio. O São Francisco, segundo dona Leontina, era morada de figuras como o Caboclo d'Água, um ser parecido com os homens, responsável por cui-

dar de quem cuida do rio. "Eles não mexem com nada, nem ninguém, só protegem. Minha avó contava dos pescadores com costume de dormir na beira do rio que já viram ele rodeando", relembra Leandro. "Dizem pra deixar fumo e cachaça pra ele vir", complementa Camilli Ferreira, 15 anos, uma das filhas de Leandro.

Outra história traduzida por Dona Leontina era sobre a Mãe de Ouro. O ser encantado vive por entre a floresta, acompanhando o caminho de quem a atravessa durante a noite. "Mas é ela quem tem de te acompanhar, e não o contrário. Se você tentar acompanhá-la, ela desaparece". Segundo Leandro, sua mãe e sua avó já conseguiram ver de perto a Mãe de Ouro, respeitando a companhia dela durante a travessia pelo mato.

Desde quando a barragem da Vale se rompeu em Brumadinho, em 2019, a vida de Leandro e de sua família passou por diversas mudanças. "Somos pescadores. Tudo que eu tenho, veio do rio. Lá é o meu escritório", explica. Mas, como o Paraopeba é um dos afluentes do São Francisco, a presença do rejeito de minério afeta os dois rios. "O turismo, que trazia muito trabalho pra gente, caiu bastante. E o peixe, nosso alimento e nossa riqueza, não conseguimos vender mais, porque o povo desconfia de contaminação", comenta.

Enquanto conta as diversas violações de direitos sofridas por sua comunidade nos últimos anos, Leandro relembra da avó. "Ela tinha tanto amor por esse rio, tanto zelo. Não consigo nem imaginar como ela estaria de ver ele machucado assim. Gosto de pensar no Caboclo d'Água protegendo as águas e a gente, pra ter forças de virar esse jogo e ver os rios bonitos de novo", reflete.

VOCABULÁRIO DA REPARAÇÃO

ATORES DO PROCESSO

Na busca por simplificar o entendimento sobre o processo de reparação, iremos apresentar alguns conceitos chave e seus significados.

Nesta edição, apresentaremos alguns dos principais atores da reparação.



ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) são organizações compostas por membros da sociedade civil organizada que buscam equiparar os direitos à reparação no contexto de desastres com impactos socioambientais em larga escala. No caso do rompimento da Barragem de Brumadinho, as instituições escolhidas pelas próprias pessoas atingidas foram a Aedas, o Nacab e o Instituto Guaicuy, responsáveis pela ATI das comunidades ao longo dos 26 municípios afetados pelo rompimento.



DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) é um ator importante no processo de reparação das pessoas atingidas. O órgão é uma parte essencial do sistema judiciário que visa garantir que a justiça seja acessível a todos, independentemente da situação financeira. Foi uma das instituições responsáveis por ajuizar a Ação Civil Pública (ACP) contra a Vale após o rompimento da barragem e é uma das instituições que representam as pessoas atingidas no processo judicial. Também faz parte do Comitê de Compromitentes, sendo uma das signatárias do Acordo Judicial de Reparação firmado com a Vale.



JUIZ

Profissional do sistema judicial encarregado de garantir que as leis sejam interpretadas e aplicadas corretamente, assegurando a justiça e a imparcialidade no processo judicial. Além disso, juízes podem mediar negociações entre as partes, tomar medidas para manter a ordem no tribunal e impor sanções, quando necessário. No processo de reparação, as decisões de primeira instância são tomadas pelo juiz responsável pelo caso, que já mudou algumas vezes, e hoje é o dr. Murilo Silvio de Abreu.



MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público (MP) tem a função de fiscalizar a lei, garantindo que a mesma seja aplicada de maneira justa e imparcial. Dentro do processo, a instituição atua na defesa dos inte-

resses das pessoas atingidas. O MP foi uma das instituições responsáveis por ajuizar a Ação Civil Pública (ACP) contra a Vale após o rompimento da barragem. Tanto o Ministério Público Federal (MPF) quanto o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) atuam na causa e fazem parte do Comitê de Compromitentes, sendo signatários do Acordo Judicial de Reparação firmado com a Vale.



PESSOAS E COMUNIDADES ATINGIDAS

As pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem da Vale são as protagonistas na luta pela reparação integral dos danos causados pelo desastre-crime. As comunidades que sofreram danos após o despejo de rejeitos de mineração da Vale foram divididas em cinco regiões, que seguem ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, da Represa de Três Marias e das comunidades de São Gonçalo de Abaeté e Três Marias, que são banhadas pelo São Francisco.

FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos. A organização foi escolhida pelas Instituições de Justiça (IJs) para avaliar e auditar os projetos executados pela ré Vale no Anexo 1.3 (fortalecimento de políticas públicas). Atualmente a empresa também administra o Programa de Transferência de Renda (PTR).

VALE

VALE (RÉ)

A mineradora é a responsável pela barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, que rompeu no dia 25 de janeiro de 2019. Por isso, é chamada de empresa-ré, ou poluidora pagadora. Por ter causado os danos, a empresa é obrigada a pagar ou executar medidas que garantam a reparação, a compensação, a mitigação e a indenização dos danos sofridos pelas pessoas atingidas. Ou seja, para garantir que as vítimas do desastre-crime sejam ressarcidas de forma justa. Para isso, a Vale conta com empresas terceirizadas contratadas e pagas por ela.